

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | Agosto 2017

Mala Direta
Postal Básica
9912330578 - DR/RS
SIND. BANCÁRIOS PELOTAS
CORREIOS



Foto: Lewis Hine

RETROCESSO!

Reformas de Temer pretendem levar
o Brasil de volta ao século XIX.

O TROCO

Uma publicação mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região

agosto/2017

Editorial

Neste mês de agosto, o Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região completa 84 anos. Em nenhum momento, ao longo dessas mais de oito décadas, nos dobramos aos interesses de banqueiros e governos corruptos. Não será diferente agora! Vivemos um momento de retrocessos. Precisamos estar unidos para garantir os nossos direitos. O desmonte das instituições públicas e o aumento nos casos de doenças físicas e mentais nos bancos privados são o prenúncio de tempos difíceis. Com o desmonte da CLT, abre-se o caminho, em definitivo, para as terceirizações. O Plano de Lutas dos bancários, definido na 19ª Conferência Nacional, teve como pontos norteadores a luta pela manutenção de empregos e a defesa do caráter público de instituições como o Banrisul. Em Pelotas, o Sindicato tem recebido diversas denúncias de que a gerência de uma das agências do banco tem agido de forma arbitrária. Na Caixa, não tem sido diferente. A não revogação do RH 037 indica que esta instituição também procura se adequar às regras da Lei da Terceirização, permitindo a contratação de trabalhadores temporários para realizar tarefas de técnico bancário. O Banco do Brasil segue a mesma linha dos demais, e já está realizando um mapeamento de todos os processos específicos da área de tecnologia com o objetivo de determinar o que seria, ou não, “estratégico” para esta instituição. Precisamos estar permanentemente mobilizados. Procure o Sindicato, filie-se e faça a sua parte na defesa dos interesses da nossa categoria.

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Estagiário de Comunicação

MARCELO NASCENTE

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica Seriate

Artigo

Sartori não sabe o que vai fazer. Nem o que fez

Por Antônio Escosteguy Castro (*)

O Governo Sartori finalmente publicou, quase um mês depois de aprovadas, as leis que autorizam a extinção de diversas fundações e da Corag, além de alguns decretos, onde se destaca o Decreto 53.404, que instituiu uma Comissão que vai coordenar todo o processo de extinção.

Reiteramos que todo o processo está desde o início eivado de inconstitucionalidades e ilegalidades. Deveria ter havido uma lei específica por Fundação, com o estudo do impacto financeiro e social e com as condições da extinção e as normas precisas de substituição de seus serviços por novos órgãos capazes de prestá-los.

Estas fundações prestam serviços públicos essenciais e indispensáveis, que hão de ser cumpridos pelo estado. Não há qualquer fundamento jurídico e constitucional para a tese do Governo Sartori que são só 3 as atividades-fim do estado – saúde, segurança e educação –; isto é, no máximo, programa de governo e não revoga a Constituição Federal e a Constituição do Estado, onde são definidas quais as funções que devem ser efetivadas pelo Estado.

A ausência de definições mais precisas e a delegação de todas as soluções para uma só Comissão paquidérmica, de pequena mobilidade, mostra que o Governo não sabe o que fazer e vai propor soluções conforme se defrontar com os problemas, sem nenhum prévio planejamento, o que não é minimamente aceitável quando se trata da extinção de órgãos que, repita-se, executam funções essenciais e indelegáveis do Poder Público.

Mas se o formato escolhido pelo Governo Sartori para as extinções demonstra que eles estão perdidos, não sabendo como vão fazer, o exame das circunstâncias legais e fáticas relativas a estas fundações e à Corag levam a uma conclusão ainda mais grave: na verdade, o Governo não tem sequer a dimensão do que fez...

Em primeiro lugar, a alegada poupança de recursos. O Governo bravateava a demissão de 1200 servidores, para poupar dezenas e de-

zenas de milhões de reais em salários. Ocorre que a lei assegura o emprego de todos que tiverem quaisquer formas de estabilidade legal ou judicial, fazendo incidir, por exemplo, a Súmula 390 do Tribunal Superior do Trabalho que assim considera todos os empregados concursados com mais de três anos de serviço. Assim, no caso da Cientec só há 7 servidores que poderão ser demitidos do total de seus 227 empregados. Mesmo se conseguíssemos abstrair a crueldade da demissão em massa e o prejuízo ao serviço público, a poupança realizável é pífia: não serão 1200 demitidos, mas no máximo algumas dezenas. A montanha poupadora pariu um rato...

E a extinção destes órgãos antigos, consolidados, com prestígio nacional e mesmo internacional traz a possibilidade de imensos prejuízos para a economia do estado. Também, em janeiro, nossa imprensa noticiou os riscos para a economia gaúcha que advém do retorno da gripe aviária, doença que pode impedir a exportação de carne de frango, um dos maiores negócios do Rio Grande, envolvendo mais de 700 mil toneladas por ano e mais de 10 mil famílias. Pois bem, é a Fepagro quem monitora este tipo de vírus e é ela que tem o prestígio internacional para certificar a proteção de nossas aves. Com a extinção da Fepagro, será que os importadores de todo o mundo aceitarão a certificação de um laboratóriozinho qualquer, de alguma empresa amiga?

Este debate está pleno de pós-verdades, para usar o termo que foi consagrado ano passado pela Universidade de Oxford, ou de “fatos alternativos” como afirma o Governo Trump, nos Estados Unidos para desmentir a realidade. O Governo Sartori e a imprensa que o apoia usam e abusam de informações que não correspondem à realidade dos fatos para justificar o injustificável.

O certo é que vamos todos perder, e muito. E o mais provável é que não haja poupança alguma, mas que a solução para a prestação dos serviços que eram efetivados por essas fundações acabe saindo mais caro do que é hoje. Sobre Rio Grande.

(*) Advogado

Charge





Atividade da campanha salarial nos anos 90



Banco Pelotense na década de 30



Atividade de rua do Núcleo Popular de Teatro do Sindicato



Ato, em Porto Alegre, na defesa do Bannrisul



Dia Nacional de Luta na década de 90



Fachada do antigo Banco Pelotense, nos anos 20

Há 84 anos lutando em defesa dos direitos da categoria

No dia 12 de agosto, o Sindicato completou 84 anos em defesa dos interesses da categoria. Em um momento político extremamente complicado para o país, em que os direitos dos trabalhadores estão sendo negociados pelo governo como moeda de troca junto a banqueiros e empresários, é preciso resistir. Retroceder não é uma opção. Calar diante das imposições de uma lógica perversa de imposição de metas e retirada de conquistas históricas dos bancários não condiz com a vocação histórica dessa entidade.

Fundado em 1933, o Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região representa os interesses da categoria em 10 municípios da zona Sul, zelando pela defesa dos direitos traba-

lhistas assegurados ao longo da história. Mantendo serviços de assistência jurídica e de saúde, fomentando a cultura e a formação política, a entidade procura somar esforços para construir uma sociedade mais justa, igual e fraterna.

Baile dos Bancários

No próximo dia 1º de setembro, às 20h30, no Clube Brilhante, será uma grande oportunidade para comemormos mais de oito décadas de lutas e conquistas. A Festa dos Bancários também homenageará o dia do bancário, comemorado em 28 de agosto. Nessa data, em 1951, após uma grande mobilização da categoria, os bancários realizaram uma das mais longas e vitoriosas greves.

CAIXA

Desmonte da Caixa só poderá ser evitado com mobilização permanente

Em negociação com a Caixa Econômica Federal, no dia 15 de agosto - mesma data em que ocorreu o Dia Nacional de Lutas por todo o país - os empregados da instituição entregaram um documento que apresenta um panorama do passivo trabalhista da Caixa e do impacto causado nos planos de benefícios, além de um registro do histórico de debates sobre o tema. Hoje, esse passivo representa um risco para a sustentabilidade dos planos de benefícios.

Uma das reivindicações históricas da categoria é a revogação do RH 037. Apesar de reafirmar que não tem intenção de utilizar o normativo para contra-

tar trabalhadores terceirizados, a Caixa se nega a revoga-lo. O normativo passou por nova atualização no dia 3 de agosto para se adequar à Lei da Terceirização, sancionada por Michel Temer e oriunda do PL 4302, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso -, permitindo a contratação de trabalhadores temporários sem qualquer vínculo empregatício com o banco, por meio de empresas que fornecem mão de obra terceirizada, para a realização de tarefas de técnico bancário.

Além disso, a reestruturação, em curso desde julho, também fez parte da pauta da negociação. No entanto, a Caixa não apresentou detalhes sobre as medidas que têm

adotado. As informações repassadas pelos trabalhadores às entidades sindicais apontam que o processo está afetando áreas estratégicas para o papel social do banco, como programas sociais, habitação e FGTS. Na negociação, a CEE/ Caixa cobrou ainda posicionamento do banco o fechamento de agências, a verticalização e o Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE). A Caixa alegou que não tem intenção de fechar agências de imediato, mas admitiu que 100 agências unidades estão passando por “acompanhamento” e podem ser objeto de fusão ou fechamento. (Com informações da Fenae)

BANRISUL

Irregularidades em agência de Pelotas



Mesmo que o Banrisul ainda não tenha entrado, oficialmente, no pacote do Governo Sartori, funcionários de uma agência do banco, em Pelotas, já estão sofrendo os efeitos dos retrocessos que estão por vir caso o banco venha a ser privatizado. Denúncias de assédio moral, perseguição de funcionários, alteração no calendário de férias, ABA (Abono assiduidade) como moeda de troca por cumprimento de metas, entre outras, têm sido recebidas com frequência por parte do Sindicato.

Com a sanção presidencial da Reforma Trabalhista, no dia 13 de julho, abre-se o caminho para que, tão logo a nova lei entre em vigor, aumentem os casos de arbitrariedade cometidos pelos gestores de bancos públicos e privados. O Sindicato já se reuniu com a gerência da agência do Banrisul, em Pelotas, exigindo que os problemas sejam solucionados. “Caso as arbitrariedades persistam, as denúncias serão levadas para a Superintendência e Direção Geral do banco”, explica o diretor do Sindicato e funcionário do Banrisul Paulo Fouchy.

As novas regras para a legislação trabalhista, que passam a valer a partir de 11 de novembro deste ano, fazem com que os acordos celebrados entre patrões e empregados passem a ter força de lei, abrindo o caminho para medidas autoritárias e abusivas por parte dos gestores. O Sindicato reforça sua posição de defesa dos interesses da categoria e pede que os trabalhadores reforcem sua participação na entidade, buscando fortalecer a categoria e resistir aos desmandos dos governos de turno.

BANCO DO BRASIL

BB apresenta lucro, paga PLR e terceiriza



No primeiro semestre de 2017, o Banco do Brasil obteve um Lucro Líquido Ajustado de R\$ 5,2 bilhões, que representou um crescimento de 67,3% em doze meses e 5,3% no trimestre. Com a divulgação do lucro e conforme definido no Acordo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho sobre a PLR, o pagamento deve ser realizado “em até dez dias úteis após a data de distribuição dos dividendos ou JCP-Juros sobre Capital Próprio aos acionistas”. Como o BB divulgou que pretende pagar os acionistas até 31 de agosto, o prazo final para pagamento da PLR aos bancários e bancárias é 14 de setembro, podendo ser pago antes.

Terceirização: sinal vermelho na Diretoria de Tecnologia do BB

Está em curso na Diretoria de Tecnologia do Banco do Brasil (Ditec) uma auditoria externa, que tem a frente a empresa privada Falconi – Assessoria, e que visa promover o mapeamento de todos os processos específicos da área de tecnologia e determinar o que seria ou não “estratégico” para o Banco. Dois fatos saltam aos olhos a primeira vista. A instalação da auditoria ocorre no momento em que o governo acaba de aprovar o desmonte da CLT no congresso nacional, que veio para complementar a lei de terceirização já aprovada em março deste ano. Entre outras medidas, foi aprovado a terceirização, também, das atividades-fim. Ou seja, todos os cargos e funções do BB, por exemplo, podem ser terceirizados. (Com informações do Dieese e do Diário Causa Operária Online)

SANTANDER

Categoria exige respeito aos bancários adoecidos



O Santander reafirmou sua falta de consideração e respeito com os bancários brasileiros que perderam a saúde contribuindo para mais de um quarto do lucro global do banco espanhol. Em reunião com o movimento sindical, a empresa não deu resposta a respeito dos vários problemas envolvendo funcionários afastados por problemas de saúde.

Na reunião foi apresentado parecer jurídico sustentando que demitir o trabalhador no exame de retorno confronta a instrução normativa 15 e a norma regulamentadora 7, ambas emitidas pelo Ministério do Trabalho. A legislação determina que a demissão só pode ser feita mediante a realização do exame demissional. Sem este laudo, a homologação da dispensa não pode ser efe-

tuada, impossibilitando o trabalhador desligado de acessar o seguro-desemprego e o FGTS.

Também foi cobrado respeito aos atestados médicos emitidos com afastamento por tempo indeterminado, que o banco não tem aceitado. A empresa não pode interferir no tratamento ou no relatório do médico assistente, querendo impor prazo para a alta.

BRADESCO

Bradesco caminha 'pra frente' na exploração

Mesmo com lucro de R\$ 9,352 bilhões no semestre, construído pelo esforço dos funcionários, as condições de trabalho em agências e departamentos do Bradesco não estão nada boas. Sobram sobrecarga de trabalho, demissões, assédio moral e desvios de função. Situação que ficou ainda mais dramática com o PDV (Plano de Desligamento Voluntário Especial).

Apesar do excelente lucro no semestre, construído com o esforço de bancários e bancárias, as condições de trabalho estão cada vez mais deterioradas. Mesmo com a implantação do PDV, as demissões continuam, acarretando aumento da sobrecarga de trabalho e deixando os funcionários inseguros. Apesar do seu alegado caráter voluntário, não faltam boatos de que quem não aderiu ao PDV pode estar jogando fora sua última chance de sair

do banco com honra, reforçando ainda que a adesão ao PDV é uma decisão que cabe somente ao trabalhador.

Além disso, continuam chegando ao movimento sindical mais e mais denúncias sobre assédio moral no banco. E, na hora de apurar os casos de assédio, o Bradesco não aplica a mesma velocidade que cobra dos bancários quando metas precisam ser batidas. 'Pra frente' no Bradesco só mesmo o lucro e a exploração dos trabalhadores.

Apesar do banco afirmar que está corrigindo o Plano de Cargos e Salários, as distorções ainda são muitas. Bancários estão desempenhando funções que não são suas e não estão recebendo para isso.

Fonte: SEEB Santos



Baixe o aplicativo da Radiocom para Android no Google Play



SINDICATO DOS
BANCÁRIOS
PELOTAS E REGIÃO

Conferência Nacional dos Bancários define plano de lutas da categoria

Foto: Contraf



Senador Roberto Requião participa da 19ª Conferência Nacional dos Bancários

A 19ª Conferência Nacional dos Bancários tratou de definir os próximos passos da categoria na luta pelos seus direitos. Participando do encontro o diretor do Sindicato Luis Diogo, que acompanhou a comitiva gaúcha que se fez presente no encontro, ressaltou a importância dos debates realizados. “Esteve em discussão a defesa dos direitos da categoria, a necessidade de lutarmos por garantias na manutenção dos empregos e a defesa dos bancos públicos”, disse.

Como, neste ano, as negociações da categoria bancária não precisarão tratar das cláusulas econômicas – devido ao

acordo celebrado junto à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), em 2016, assegurando um aumento de 1% acima da inflação pelo INPC, as bandeiras de luta concentram-se nos três eixos mencionados pelo dirigente sindical. O mesmo valendo para a PLR (inflação + 1% de aumento real, que deverá ser pago, pelos bancos, até o dia **30 de setembro**). Essa discussão inclui, ainda, questões relacionadas à saúde do trabalhador, prevenção de conflitos, igualdade de oportunidades e segurança bancária – pontos de discussão que deram o tom das mesas temáticas.

Também presente no encontro, o

senador Roberto Requião (PMDB-PR) falou da necessidade de reverter os retrocessos que estão em curso no país. “Temos que liquidar todas essas leis que sem a autorização da população brasileira foram votadas por um congresso que não tem legitimidade para implantar um sistema que está moribundo na Europa e que, hoje, pede asilo para vir morrer no Brasil”, disse. O senador falou, também, da necessidade da realização de um referendo popular, revogando as leis aprovadas no governo de Michel Temer (PMDB), já que não foram referendados pela maioria da população.

APOIE O
Sul 21

Mensal

Assine o SUL21 e receba notícias diretamente em seu celular

Veja os Planos >

Semestral

Assine o SUL21 e receba notícias diretamente em seu celular

Veja os Planos

Anual

Assine o SUL21 e receba notícias diretamente em seu celular

Veja os Planos

Empresas e entidades

Sua empresa também pode assinar o SUL21 e receber notícias diárias, por whatsapp ou Telegram, ganhar ingressos para participação no Sul21 Debates e receber notícias diárias por Newsletter.

Assinatura Pessoa Jurídica

Acesse o site <http://apoiadores.sul21.com.br/>

Termo de Compromisso entregue à Fenabam visa proteger a categoria dos retrocessos impostos pelo governo

Com o objetivo de pressionar os bancos para que assumam o compromisso de manter o padrão de contratação diante da aprovação da terceirização irrestrita e da reforma trabalhista, o Termo de Compromisso entregue pelo Comando Nacional dos Bancários à Federação Nacional dos Bancos (Fenabam), neste mês de agosto, contém 21 pontos que têm como objetivo proteger os empregos e direitos históricos da categoria, além de resguardar os trabalhadores de ações que podem fragilizá-los ainda mais diante do poder dos

bancos.

A reforma trabalhista unilateral e sem nenhum debate com os trabalhadores desqualificou os direitos da categoria. Nesta perspectiva, os bancários propuseram uma reunião para tratar da construção de um Termo de Compromisso entre a Fenabam e o Comando Nacional dos Bancários que proteja empregos, resguarde direitos históricos e que delimite os atos nocivos que podem advir das referidas leis e de outras que ainda tramitam no Congresso Nacional.

Conheça os 21 pontos do Termo de Compromisso:

1º. As partes ajustam entre si que todas as negociações serão feitas exclusivamente com os sindicatos.

2º. As partes ajustam entre si que a Convenção Coletiva de Trabalho é válida para todos os empregados das instituições financeiras e bancárias que o assinam, independente de faixa de escolaridade e de remuneração em que se enquadram.

3º. As partes ajustam entre si que todos os trabalhadores que prestam serviço em favor da cadeia de valores, da qual sejam integrantes os bancos e as instituições financeiras sejam representados pelos sindicatos de bancários.

4º. As partes ajustam entre si que todas as homologações dos desligamentos serão feitas nos sindicatos.

5º. As partes ajustam entre si que o empregador é responsável pelas condições de saúde e segurança no ambiente de trabalho, seja ele interno ou externo.

6º. As partes ajustam entre si que os bancos não contratarão trabalhadores terceirizados em atividades fim.

7º. As partes ajustam entre si que os bancos não empregarão, por intermédio de contratos de autônomos, de contratos intermitentes, de contratos temporários, de contratos a tempo parcial e de contratos a regime 12x36.

8º. As partes ajustam entre si que jornada, pausas e intervalos serão consideradas como norma de saúde, higiene e segurança do trabalho.

9º. As partes ajustam entre si que os dirigentes terão livre acesso a todos os locais de trabalho, inclusive, agências digitais.

10. As partes ajustam entre si que todas as cláusulas da CCT estarão asseguradas após a data base e permanecerão as suas vigências até a celebração de nova contratação.

11. As partes ajustam entre si que todas as gratificações de função ou comissões serão incorporadas após dez anos de recebimento.

12. As partes ajustam entre si que PLR não será parcelada em mais de duas vezes.

13. As partes ajustam entre si que não será feita rescisão de contrato de trabalho de comum acordo no formato previsto na lei 13.467/2017.

14. As partes ajustam entre si que não haverá compensação de banco de horas, sem negociação coletiva.

15. As partes ajustam entre si que os intervalos de repouso e de alimentação terão duração mínima de uma hora.

16. As partes ajustam entre si que as férias anuais não serão parceladas em mais de duas vezes.

17. As partes ajustam entre si que não será utilizado o artigo 223 F e incisos da Lei 13.467/2017 que limita a liberdade de expressão dos sindicatos e dos trabalhadores individualmente.

18. As partes ajustam entre si que o salário não será pago em prêmios ou por produtividade.

19. As partes ajustam entre si que não farão a quitação anual de passivos na forma prevista na lei 13.467/

20. As partes ajustam entre si que não serão constituídos representantes de empregados não vinculadas aos sindicatos para negociar diretamente com os bancos.

21. As partes ajustam entre si que constituirão o Grupo de Trabalho permanente para avaliar os impactos nas relações de trabalho advindas das mudanças previstas nas Leis da Reforma Trabalhista.

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

REFLEXÕES PARA A ATUALIDADE.

De 25 à 28 de Setembro



Seminário Cem anos da Revolução Russa de 1917: reflexões para a atualidade

Pelotas e Jaguarão, 25 a 28 de setembro de 2017

Para marcar o centenário da Revolução Russa, o Instituto Mário Alves promove o Seminário Cem anos da Revolução Russa de 1917: reflexões para a atualidade Pelotas e Jaguarão. A atividade ocorre, de 25 a 28 de setembro de 2017. Conforme lembram os organizadores, a Revolução Russa foi um acontecimento histórico determinante para o destino do mundo no século XX. O processo revolucionário russo, iniciado em 1917, representou não somente uma mudança do regime político do país, com a derrubada do czarismo, mas a possibilidade de construção de um novo tipo de sociedade, baseada nos princípios do socialismo: controle da produção pelos/as trabalhadores/as, tomada de decisões políticas a partir dos instrumentos de democracia direta, protagonizadas pela população, fim das desigualdades sociais, a busca pela emancipação definitiva do ser humano.

A programação ocorrerá de forma simultânea em Pelotas e Jaguarão com os seguintes temas e convidadas/os.

Inscrições:

As inscrições deverão ser realizadas através de preenchimento do formulário disponível no link <http://goo.gl/uadqJq> ou pessoalmente na sede do Instituto Mário Alves (Rua XV de Novembro, 501 A), de segunda a sexta-feira, das 12h30 às 19h.

Valores das inscrições:

Estudantes de Graduação, sócios/as do IMA e sócios/as dos sindicatos parceiros: R\$ 15,00

Público em Geral: R\$ 20,00

PAGAMENTO: O pagamento deverá ser realizado PREFERENCIALMENTE na sede do Instituto Mário Alves, ou no primeiro dia do evento.

Certificados:

Serão fornecidos certificados de 20h ou 40h, de acordo com a carga horária do/a participante no Seminário.

Promoção:

Instituto de Estudos Políticos Mário Alves
Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade Católica de Pelotas
Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pelotas
Curso de História/Universidade Federal do Pampa/Campus Jaguarão.

Programação

DIA 25 (SEGUNDA)

Abertura

Mesa-Redonda (Horário 19h):

O contexto histórico da Revolução Russa e a questão agrária na sociedade soviética
João Pedro Stedile

(Dirigente Nacional do MST)

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (Dep. de História/UFRGS)

DIA 26 (TERÇA)

Horário 8h30

Conferência: As mulheres na Revolução Russa

Profa. Dra. Flávia Carvalho Chagas (Departamento de Filosofia/UFPel)

Mesa-Redonda (Horário 14h):

As experiências de autogestão na Revolução Russa

Cláudio Nascimento (Educador Popular/ Escola Sul da CUT)

Prof. Dr. Bruno Lima Rocha (Curso de RI/ Unisinos)

Atividade Cultural

Conferência (Horário 19h):

Rosa Luxemburgo e a Revolução Russa
Profa. Dra. Isabel Loureiro (Filósofa e

Profa. Aposentada/ UNESP)

DIA 27 (QUARTA)

Horário 8h30

Oficina: Como abordar a Revolução Russa em sala de aula?

Atividade direcionada a professores/as e estudantes de Licenciaturas

Mesa-Redonda (Horário 14h):

Educação, arte e cultura na União Soviética

Profa. Dra. Conceição Paludo (FACED/UFRGS)

Prof. Dr. Nilo Piana de Castro (Colégio de Aplicação/UFRGS)

Profa. Dra. Nara Machado (Faculdade de Arquitetura/PUCRS)

Mesa-Redonda (Horário 19h):

O debate econômico na Revolução Russa
Prof. Claudio Gurgel

(Administração Pública/UFF)

Prof. Dr. Antônio Cruz (Curso de RI/UFPel)

DIA 28 (QUINTA)

Horário 8h30

Cine-debate sobre Revolução Russa

Mediação: Prof. Dr. Nilo Piana de Castro (Colégio de Aplicação/UFRGS)

Mesa-Redonda (Horário 14h):

A atualidade do Leninismo

Ricardo Gebrin (Advogado; dirigente da Consulta Popular)

João Machado (Dep. Ciências Econômicas / PUC-SP)

Mesa-Redonda (Horário 19h):

A influência da Revolução Russa na contemporaneidade

Profa. Dra. Carla Luciana Silva (Dep. de História/UNIOESTE)

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Dep. de História/UFRGS)

Dr. Frederico Bartz (UFRGS)